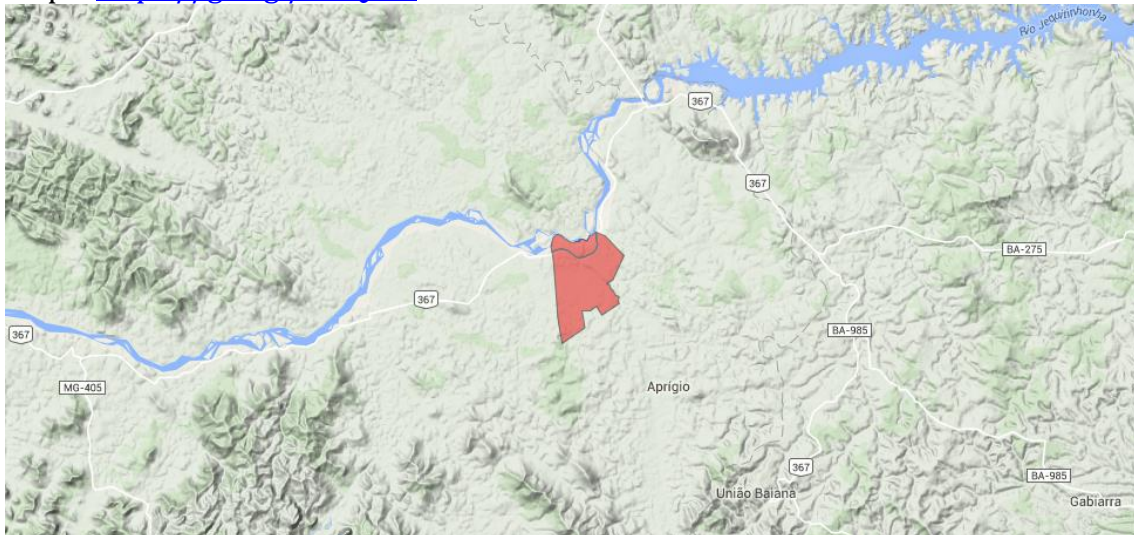


ESTUDO DE CASO DOM LUCIANO MENDES: A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA EM SALTO DA DIVISA – MG

“Se não tiver terra pra produzir no campo como o povo vai se alimentar? Latifúndio não produz alimento pra saciar a fome do povo!” (Irmã Geraldinha).

1. Localização

Mapa: <https://goo.gl/luLQHm>



Fonte - Acervo fundiário do INCRA: <http://goo.gl/Nndw3e>

O assentamento Dom Luciano Mendes é resultado da luta de famílias sem-terra, organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que ocupam uma fazenda de 1.348,1819 hectares até então considerada terra devoluta, grilada por fazendeiros na cidade de Salto da Divisa. Ele alia a luta pela terra, organização popular, e, também, a dimensão da produção sustentável.

Salto da Divisa é uma pequena cidade brasileira localizada no Estado de Minas Gerais, região Sudeste do Brasil. Com pouco mais de 7.000 (sete mil) habitantes o município se localiza na região do Vale do Jequitinhonha, banhado pelo rio de mesmo nome, fronteira com o Estado da Bahia. O Assentamento Dom Luciano Mendes é o primeiro assentamento em um município onde aproximadamente 73% das terras são devolutas e onde duas famílias controlam 97,5% do território.

O município se estende por 937,9 km² e está situado a 173 metros de altitude. De Salto da Divisa as coordenadas geográficas do município são as seguintes: Latitude 16° 0' 58" Sul; Longitude 39° 56' 53" Oeste.

O Vale do Jequitinhonha está situado no nordeste do Estado de Minas Gerais é uma região marcada por baixos índices de desenvolvimento social e humano. Mas tal registro contrasta com a beleza do sertão mineiro, com a grande riqueza cultural baseada na cultura indígena e na resistência do povo negro.

A região onde está hoje Salto da Divisa foi palco de incursões bandeirantes no século XVI. As chamadas entradas e bandeiras foram utilizadas no Brasil como forma de descoberta de riquezas naturais, escravização de populações indígenas e reconhecimento territorial. Mas somente no século XIX é que a região foi de fato habitada em torno da navegação realizada no rio Jequitinhonha que hoje sofre com os impactos da instalação de uma hidrelétrica que além de gerar impactos ambientais afetou as relações de trabalhadores que viviam da economia do rio.

2. Classificação do caso

Na madrugada do dia 26 de agosto de 2006, em Salto da Divisa, MG, várias famílias sem-terra resolveram tomar as rédeas de suas próprias vidas nas mãos e ocuparam uma fazenda ociosa, a Manga do Gustavo, fincando a bandeira do Movimento dos Trabalhadores Sem- Terra (MST).

Cidona, militante do Movimento, narrou da seguinte forma a escolha do nome da ocupação: “Ocupamos aqui no mesmo dia em que morreu o grande bispo dom Luciano Mendes, um irmão na luta dos pobres. Por isso proponho a gente homenageá-lo colocando o nome de Dom Luciano no nosso acampamento, pois cultivar a memória profética dele é dever de todos nós (Depoimento de Cidona do MST, dia 29/08/2006)”.

Importa situar o MST como um decisivo ator político na luta pela Reforma Agrária que é gestado na transição da década de 1970 para a década de 1980 no Brasil no bojo da tensão entre regime ditatorial de governo instalado desde 1964, com um golpe civil-militar-empresarial, e os ventos das lutas pelo processo de redemocratização do Brasil.

O Movimento então aponta o horizonte da democratização da terra como forma de democratizar as relações de poder e de redistribuição material da vida, bem como a circulação de bens simbólicos partilhados de forma comunitária como expressão de valores revolucionários afirmados por processos de educação popular e formação política advindos das lutas camponesas.

O MST é um movimento de massas que busca romper com a ideia de representação política para formar sujeitos coletivos que se constituem nas lutas e mobilizações que envolvem sempre o maior número de pessoas possível. Uma identidade

coletiva forjada na ideia de que a terra é de quem nela trabalha e que busca romper o monopólio do latifúndio e a imposição das cercas entendidas como toda forma de exclusão, seja política, econômica, social da maioria do povo brasileiro¹.

O acampamento Dom Luciano é uma experiência promissora de luta pela terra que resultou na conquista de dois assentamentos da reforma agrária: o Assentamento Dom Luciano Mendes e o Assentamento Irmã Geraldinha. O primeiro foi inaugurado em 22 de outubro de 2014, quando 25 famílias do acampamento foram assentadas na fazenda Monte Cristo, enfim desapropriada pelo governo federal como se verá adiante. O segundo, em fevereiro de 2016 quando a fazenda Manga do Gustavo, terra devoluta do Estado, foi desapropriada pelo Estado de Minas Gerais, sendo destinada para o reassentamento de 36 famílias de ribeirinhos e acampados da luta pela reforma agrária no município.

3. Características culturais e demográficas da população

A luta do acampamento Dom Luciano assentou 61 (sessenta e uma) famílias que lutam para produzir alimentos em um município em que esse assentamento é o primeiro a ser implementado como legítimo espaço de efetivação da Reforma Agrária. Sendo 25 (vinte e cinco) famílias assentadas na fazenda Monte Cristo, e 36 (trinta e seis) famílias no assentamento Irmã Gerladinha, das quais 11 (onze) famílias posseiras que foram retiradas da Fazenda Monte Cristo sob pressão de despejo, 9 (nove) famílias de ribeirinhos das ilhas do Rio Jequitinhonha, ao lado, e outras 16 (dezesesseis) famílias do MST que estavam acampadas no Acampamento Dom Luciano desde 2006.

No Dom Luciano há muitas pessoas acima dos 50 (cinquenta) anos de idade sendo que 10 (dez) são aposentadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O lote é inscrito em nome da mulher, dentre outros motivos, porque o bolsa família (programa de transferência de renda do Governo Federal) é distribuído às mulheres e como forma de combate o machismo atribuindo autonomia patrimonial às mulheres.

Registra-se que as famílias que vivam no campo em Salto da Divisa foram para o espaço urbano como alternativa de sobrevivência já que a concentração de terras é tal que não permite que os pequenos agricultores se mantenham na lavoura.

Aldemir Silva Pinto relata a questão da seguinte forma:

“Saíram para buscar melhoria de vida, pois tinha muita gente e muitas vezes nem medicina tinha para se valer na hora da doença. Não tinha escola e nem estradas. Não tinha transporte. Se a gente não tivesse um jegue para levar a feira, a gente tinha que levar a feira na

¹ Registra-se poema de Dom Pedro Casaldáliga, bispo ligado à Teologia da Libertação, e grande defensor da Reforma Agrária no Brasil: “Malditas sejam todas as cercas! Malditas todas as propriedades privadas que nos privam de viver e de amar! Malditas sejam todas as leis, amanhadas por umas poucas mãos, para ampararem cercas e bois e fazerem da terra escrava e escravos os homens!”

cabeça, da cidade até a roça. Muitas famílias foram embora para o Pará em busca de terra. Depois que a fazenda de 19 mil hectares foi dividida, os herdeiros começaram a fazer pressão nas famílias para saírem. Uns foram espremidos. Um, por exemplo, o fazendeiro passou a não oferecer nenhum dia de serviço. Eu falei com ele para não sair, pois ele tinha nascido e sido criado lá. Mas como ficar sem trabalhar, sem ganhar algo para o sustento? Esse fazendeiro falou que aquele agregado iria morrer ali, mas que não daria uma casa para ele na cidade. (Depoimento de Aldemir Silva Pinto, da coordenação do Acampamento Dom Luciano Mendes).

A ocupação da antiga fazenda Monte Cristo, hoje assentamento Dom Luciano, foi uma retomada legítima daqueles que foram afastados da produção do campo por falta de terra e pela concentração de poder absurdo nas mãos de poucas famílias que historicamente dominam a região.

A luta pela terra nos assentamentos do MST também abarca a luta pela educação como instrumento de emancipação humana. Romper as cercas do latifúndio é romper as cercas da ignorância e forjar sujeitos políticos com autonomia para questionarem o sistema injusto em que estão inseridos. Nesse sentido Aldemir Silva Pinto, da coordenação do Acampamento, narra o compromisso também com a luta pela educação:

“Estou aqui lutando junto com a turma que faz parte do Setor da Educação aqui no acampamento Dom Luciano. Não podemos deixar a meninada só. A gente *precisa estar junto* para ir encaminhando as crianças na escola. Volta e meia precisa da gente fazer alguma reunião com o povo lá na Secretaria Municipal de Educação. É *preciso estar junto* pedindo, exigindo. Não pode facilitar, se não eles brincam com a gente. Se deixar, *eles querem fazer do jeito deles*. Temos que brigar com eles. *As pessoas que estão no Acampamento são humanas e têm direitos*. (Depoimento de Aldemir Silva Pinto, da coordenação do Acampamento Dom Luciano).”

Na luta pela terra vários processos emancipatórios se desencadeiam e dentre eles tem-se o resgate da saúde dos assentados. A saúde no acampamento é vista a partir de uma visão preventiva e não somente curativa. Os moradores afirmam que o melhor remédio é a alimentação saudável, o ambiente e a convivência na amizade como recorda Cleonice Silva Souza. “O bem-estar começa pela alma, pelo psicológico”, diz Daniela Rodrigues Oliveira. “Aqui, nós comemos o que plantamos. Nosso alimento é saudável, sem agrotóxico. Nossas verduras têm gosto. As verduras lá da cidade nem gosto tem mais,” comenta Cleonice Silva. “Aqui temos saúde porque temos alimentação saudável, ar livre, sossego, sono tranquilo, trabalho coletivo e prazeroso, convivência na amizade, tudo isso ajuda para a gente ter mais saúde,” afirma Aldemir Silva Pinto.

4. História da Demanda e Estratégia de Acesso

No município de Salto da Divisa, como registrado acima, há uma grande concentração de terras e poder que é exercido por poucos latifundiários. Muitos terrenos na região não cumprem uma função social ou são tomados pela cultura do eucalipto que também é chamada de “desertos verdes” pelo dano ao meio ambiente que geram.

O chamado “coronelismo” na região é uma realidade e pode ser definido como um sistema em que o poder político e econômico está concentrado nas mãos de poucas pessoas que o usam somente em benefício próprio. Tal configuração acaba por agravar a pobreza com a consequente exclusão social de amplos setores sociais na localidade.

Em função desse cenário de desigualdade social o MST organizou dezenas de famílias em torno da ocupação da Manga do Gustavo, terra grilada do Estado, e da Fazenda Monte Cristo, com a pauta reivindicatória da desapropriação para fins de Reforma Agrária. Tais fazendas eram de propriedade de famílias tradicionais e que compõem o sistema de coronelismo na região.

Havia um processo de desapropriação do imóvel objeto do conflito em curso no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA-Minas Gerais), mas tramitava com morosidade por parte do Poder Público em efetivar a desapropriação em que pese o fato de já haver à época um laudo técnico declarando a improdutividade da Fazenda Monte Cristo. Diante da inércia do INCRA as famílias organizadas pelo MST decidiram tomar os rumos de sua própria história nas mãos e construir com luta e resistência a história da Reforma Agrária no Brasil.

Instalou-se por consequência um grande conflito entre os ditos proprietários das terras e os moradores do Dom Luciano a ponto de “capangas”, pessoas ligadas aos donos da Fazenda Monte Cristo, atearem fogo nos arredores do assentamento como forma de impor o medo à comunidade. Mas os ocupantes não se deixaram intimidar e foram averiguar quem tinha feito tal ato e quando a Polícia Militar chegou ao local não atuou com a devida diligência e agiu no sentido de criminalizar os moradores do acampamento.

Nesse contexto, de acirramento da luta importantes sujeitos políticos que atuam na comunidade começaram a sofrer ameaças de morte pessoalmente ou por telefone como a irmã Geraldinha e militantes do MST. As autoridades públicas ao invés de garantir a proteção dos envolvidos acabaram por abertamente criminalizar a luta em uma tomada de posição em favor dos ditos donos da Fazenda Monte Cristo.

Linha do Tempo

	Nesse ano a religiosa Geralda Magela da Fonseca (Irmã Geraldinha) conviveu com ameaças de morte. Integrante da Comissão Pastoral da Terra, "Irmã Geraldinha" dá suporte a posseiros e dezenas de famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no acampamento Dom Luciano Mendes.		O INCRA imitiram na posse da Fazenda Monte Cristo as famílias do Acampamento Dom Luciano Mendes. Moradores do acampamento denunciam a existência de um lixo a céu aberto que poluiu águas, matou nascentes, além de interferir na saúde coletiva em Salto da Divisa, Minas Gerais.	
2006	2009	2012	2014	2016
Ocupação da fazenda Monte Cristo pelo MST. Durante 3 meses as famílias tiveram suas plantações destruídas por pessoas ligadas ao ex-proprietário que ocupava indevidamente as terras e a sede da fazenda.		Os moradores se deslocam até a capital do Estado, Belo Horizonte, para participar de uma Audiência Pública. Na ocasião denunciam que duas famílias são proprietárias de 95 % da terra da cidade de Salto da Divisa.		Em Abril, o Estado de Minas Gerais desapropria a fazenda Manga do Gustavo, onde estava localizado o acampamento Dom Luciano Mendes, dando origem ao assentamento Irmã Geraldinha.

2006. Acontece a ocupação da fazenda Monte Cristo pelo MST. Durante 3 (três) meses as famílias do assentamento tiveram suas plantações destruídas por pessoas ligadas ao ex - proprietário que ocupava indevidamente as terras e a sede da fazenda.

2009. Especialmente nesse ano a religiosa Geralda Magela da Fonseca, freira católica da Congregação Romana de São Domingos (CRSD, mais conhecida como "Irmã Geraldinha", conviveu com insistentes ameaças de morte. Integrante da Comissão Pastoral da Terra (CPT), "Irmã Geraldinha" dá suporte a posseiros e dezenas de famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Acampamento Dom Luciano Mendes.

2012. Os moradores do Acampamento Dom Luciano Mendes se deslocam até a capital do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, para participar de uma Audiência Pública na Comissão dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). Na ocasião denunciam que duas famílias são proprietárias de 95,00% da terra da cidade de Salto da Divisa. A comunidade Dom Luciano é o único espaço rural produtivo do município.

2014. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) imitiram na posse da Fazenda Monte Cristo as famílias do Acampamento Dom Luciano Mendes. 2014. Moradores do acampamento Dom Luciano denunciam a existência de um lixão a céu aberto que poluiu águas, matou nascentes, além de interferir na saúde coletiva em Salto da Divisa, Minas Gerais.

2016. Em Abril, o Estado de Minas Gerais desapropria a fazenda Manga do Gustavo, onde estava localizado o acampamento Dom Luciano Mendes, dando origem ao assentamento Irmã Geraldinha.

5. Aspectos Legais de Controle e Acesso à Terra

A estratégia jurídica e de justificação da legalidade e constitucionalidade da ocupação de terras improdutivas como instrumento de pressão por uma verdadeira Reforma Agrária ganha relevo em confronto com a Constituição da República Brasileira de 1988.

A partir dessa Carta fundamental de direitos a propriedade privada passa a ser limitada pelo exercício da função social da propriedade que assumiu posição de destaque como filtro interpretativo dos conflitos fundiários em torno da luta pela Reforma Agrária.

Nessa linha de interpretação a propriedade não tem caráter absoluto e somente pode ser respeitada se cumpre a função social de forma a atender os justos fins previstos na Constituição Federal de constituir uma sociedade livre, justa, solidária e que busca erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais para a promoção do bem de todos.

O Poder Judiciário e as instituições brasileiras ainda são muito refratárias a essas proposições e marcos jurídicos, mas a luta do MST mostra que com pressão social a Reforma Agrária caminha e quanto mais organizados os camponeses estiverem mais perto da efetivação de direitos estarão.

Aliado às lutas diretas o MST organizou toda uma gama de atores que se envolveram no conflito de forma a encontrar uma saída negociada e justa para as famílias acampadas. A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPE-MG) e a Defensoria Pública da União (DPU), órgãos de assistência jurídica integral e gratuita à população carente, bem como o Ministério Público do Estado de Minas

Gerais, por via da Procuradoria de Conflitos Agrários, atuaram no processo de forma a garantir os direitos dos envolvidos.

Além disso, a Igreja Católica por via da Comissão Pastoral da Terra (CPT-MG), do bispado da região de Almenara por intermédio do bispo Dom Hugo e do decisivo apoio da religiosa “Irmã Geraldinha” foram fundamentais para que o acampamento fosse regularizado.

6. Avanços na Gestão da Terra e do Território

“Se não tiver terra pra produzir no campo como o povo vai se alimentar? Latifúndio não produz alimento pra saciar a fome do povo!” (Irmã Geraldinha).

As famílias sempre mobilizadas na luta pela terra e pela agroecologia e agricultura familiar conseguiram reassentar 61 (sessenta e uma) famílias. Apesar de não ter recebido até hoje nenhum recurso do Governo Federal para a construção das casas, sistemas de irrigação e equipamentos coletivos, as famílias do Dom Luciano Mendes tem equipamentos como a escola do movimento, uma farinheira comunitária e plantações familiares. No assentamento Dom Luciano Mendes elas produzem para a subsistência e para o consumo uma diversidade de produtos agroecológicos como hortaliças e leguminosas, também existe a produção comunitária da farinha de mandioca.

A principal luta da comunidade hoje é pelo acesso à água na região do semi-árido, uma região que sofre com a seca e que luta pela água como direito humano fundamental. Água para a produção sustentável e para o consumo das famílias do assentamento que lutam pela preservação do Rio Jequitinhonha que sofre com a monocultura do capim para pecuária, com o impacto da construção de barragens e, principalmente, com a contaminação gerada pela atividade mineradora de Grafite.

Mesmo diante das adversidades da seca e da contaminação dos rios e as ameaças das mineiradoras e dos latifundiários, as famílias do Dom Luciano podem hoje traçar os caminhos da sua autonomia coletiva e desenvolvimento comunitário nas terras conquistadas com a luta pela reforma agrária.

Cleoice dos Santos Silva Sousa, uma das primeiras acampadas no Dom, conta um pouco de sua trajetória de vida, que é a de muitas mulheres de uma região marcada não apenas pela extrema desigualdade e pobreza, mas sobretudo pelo espírito de coletividade e luta de sua gente:

“Eu nasci e criei na roça, lá na Gameleira seca. Minha família trabalhava para um fazendeiro. Quando eu casei fui para outra fazenda trabalhar de empregada, aí não deu certo, o salário estava pouquinho e não dava pra nada. Aí nós veio embora pro Salto morar na rua (cidade). Lá eu trabalhava de lavadeira no rio Jequitinhonha, mas quando a barragem veio acabou com tudo. Mas eu gosto mesmo

é de plantar, todo mundo junto. A gente quando trabalha no coletivo é aquela muntidão. A gente está trabalhando para todos, não é escravidão. É bom demais”.

7. Referências bibliográficas

LAUREANO, Delze dos Santos. O MST e a constituição: um novo sujeito histórico na luta pela reforma agrária no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MOREIRA, Gilvander Luís. Acampamento Dom Luciano Mendes, do MST, em Salto da Divisa, MG: um exemplo promissor de luta pela terra. Texto de preparação para obtenção do grau de doutor em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

8. Créditos

- Autores da sistematização: Luiz Fernando Vasconcelos de Freitas e Isabella Gonçalves Miranda.
- Colaborador: Frei Gilvander Luis Moreira.
- Instituição parceira: Brigadas Populares e Comissão Pastoral da Terra (CPT).
- Fotografia: Isabella Gonçalves Miranda.

9. Informações Adicionais

- Reportagem sobre as ameaças de morte à religiosa “Irmã Geraldinha” em Salto da Divida, Minas Gerais, Brasil: <http://reporterbrasil.org.br/2010/01/freira-enfrenta-ameacas-de-morte-por-apoiar-sem-terra-em-mg/>

- Vídeo sobre o dia em que o INCRA/MG imitiu na posse da Fazenda Monte Cristo, dezenas de famílias do Acampamento Dom Luciano Mendes, do MST: <https://www.youtube.com/watch?v=YBKooAh5Y1k>

- Vídeo sobre a experiência do acampamento Dom Luciano Mendes: https://www.youtube.com/watch?v=I9tmI_l0uSo

10. Galeria de Fotos



Foto 1: Sede do assentamento Dom Luciano com o letreiro do MST.



Foto 2: Produção agrícola do assentamento.



Foto 3: Estrutura para produção de farinha de mandioca.



Foto 4: Agricultor e o Rio Jequitinhonha perto da comunidade.



Foto 5: Foto de casa no assentamento.



Foto 6: Salão comunitário do assentamento.



Foto 7: Irmã Geraldinha segurando a bandeira do MST.



Foto 8: Placa dando boas vindas ao assentamento.



Foto 9: Cultivo no assentamento.



Foto 10: Criança no assentamento segurando mandioca.



Foto 11: Visão geral do assentamento.



Foto 12: Roda de conversa feita com a comunidade.



Foto 13: Poesia de Dom Pedro Casaldáliga: “Confissões do Latifúndio”.



Foto 14: Casas no assentamento.



Foto 15: Rua Che Guevara no assentamento.



Foto 16: Cultivo de melancia no assentamento.



Foto 17: Interior de uma casa no assentamento.



Foto 18: Moradoras do assentamento.